

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL

ANA CRISTINA PEIXOTO GUIMARÃES

**A MULHER NO MUNDO DO TRABALHO: UMA ÓTICA A PARTIR DA TEORIA
MARXISTA DA DEPENDÊNCIA**

Juiz de Fora

2019

Ana Cristina Peixoto Guimarães

**A MULHER NO MUNDO DO TRABALHO: UMA ÓTICA A PARTIR DA TEORIA MARXISTA
DA DEPENDÊNCIA**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Faculdade de Serviço Social
da Universidade Federal de Juiz de Fora
como requisito à obtenção do título de
bacharela em Serviço Social.

Orientador: Professor Doutor Rodrigo Souza Filho

Juiz de Fora

2019

ANA CRISTINA PEIXOTO GUIMARÃES

A mulher no mundo do trabalho: uma ótica a partir da teoria marxista da dependência

Trabalho de Conclusão de Curso a ser apresentado ao Departamento de Política e Ação do Serviço Social da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora

Aprovado em: ____/____/____

Banca examinadora

Rodrigo de Souza Filho

Sabrina Pereira Paiva

Viviane Pereira

AGRADECIMENTOS

Às mulheres trabalhadoras que impulsionaram e impulsionam a história, que desempenham papel central na produção e reprodução da classe trabalhadora e inspiraram essa produção.

À Deus que me deu força e acalmou meu coração nos dias que nada parecia fazer sentido.

Agradeço de forma central meus pais, Ailton e Edneia que fizeram de tudo e mais para que eu chegasse até aqui, desde todas as coisas materiais a todo amparo emocional. Por acreditarem em mim e me encorajarem.

Ao Rodrigo meu orientador que sempre foi muito compreensível com meus limites, me estimulou e topou fazer o debate que eu desejava.

Ao meu anjo da guarda Douglas que não esteve do meu lado fisicamente, mas me guia do plano espiritual. Eu sinto sua presença e sei que deve estar feliz e orgulhoso.

À tia Bate por todo carinho e preocupação diários, além de todo suporte, amor e principalmente força.

Às minhas tias que representam me ensinam todos os dias o que é ser uma mulher de luta. Aos meus tios, primos, primas, vovô e vovó pela torcida. Por entenderem minha ausência e sempre darem um jeito de me fazer presente.

Às minhas amigas e amigos que já colecionava na caminhada da vida e que estiveram mesmo de longe se fizeram presença e afeto.

Aos seres de luz que atravessaram meu caminho dia a dia na faculdade de Serviço Social. Meus ícones e minhas referências, por nunca terem me deixado desistir.

À Marcela minha companheira de apartamento e de vida, que durante todo esse processo me deu um suporte excepcional e sempre me compreendeu. Obrigada pelos remédios, chás, lanches, abraços, presença e me fazer rir mesmo quando não me sentia bem.

Ao Matheus que durante os anos de faculdade foi muito companheiro e esteve comigo nos piores e melhores momentos da graduação.

Ao professor e amigo Leonardo que me orientou e inspirou a esse debate.

À minha flor Marina Mancini, que para além de professora também virou uma amiga e me deu grande suporte e afeto nessa trajetória.

Ao assistente social e amigo Fillipe que me inspirou a também querer ser uma assistente social. E que durante esses anos sempre se fez presente sendo carinho, apoio e amparo.

À todas professoras com quem troquei grandes afetos e que para além de professoras se fizeram muito humanas na compreensão de minhas particularidades, além de me darem um estímulo inigualável.

Ao Coletivo Feminista Classista Ana Montenegro por ser refúgio, força na luta e me formar individualmente e coletivamente.

Agradeço também minha supervisora de estágio Adriane que contribuiu de forma exponencial pra minha formação.

Ao meu cachorro Charlie por todo o afeto nos piores dias.

À todos que de forma direta ou indireta impulsionaram esse trabalho e me deram ânimo durante a graduação para que eu conseguisse chegar até aqui.

Resumo

O presente trabalho visa articular no âmbito da teoria marxista da dependência, o acirramento da superexploração da força de trabalho das mulheres. Passando por categorias, conceitos e elementos centrais para o debate da mulher na sociabilidade capitalista. Essa produção quer, a partir de um balanço crítico inicial, perceber como o Serviço Social se apropria da temática da mulher no mundo do trabalho a partir do ENPESS 2016 e 2018 tendo como ponto de partido e olhar crítico a teoria marxista da dependência.

Palavras-chave: Mulher e Trabalho; Superexploração; Teoria Marxista da Dependência; Balanço crítico.

Abstract

The present work aims to articulate, within the Marxist theory of dependence, the intensification of the overexploitation of women's workforce. Going through categories, concepts and elements central to the debate of women in capitalist sociability. This production wants from an initial critical balance to understand how Social Work appropriates the theme of women in the world of work from the ENPES 2016 and 2018 taking as its starting point and critical view the Marxist theory of dependence.

Keywords: Woman and Work; Overexploitation; Marxist Theory of Dependence; Critical balance.

Sumário

1 - APRESENTAÇÃO.....	9
2 - APORTES TEÓRICOS DA TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA	12
2.1 Modo de produção capitalista: breve caracterização.....	12
2.2 A teoria marxista da dependência: pressupostos históricos	20
2.3 A superexploração da força de trabalho e a mundialização: um panorama geral das questões em debate.....	25
3 - A MULHER NO MUNDO DO TRABALHO	30
3.1 - Elementos principais para a reflexão acerca do lugar e papel das mulheres na sociedade capitalista.....	30
3.1.1 - Patriarcado	33
3.1.2 - Relações sociais de sexo	37
3.2 - Implicações do trabalho na vida das mulheres: divisão sexual do trabalho e apropriação capitalista da opressão	40
3.3 - O acirramento da superexploração da força de trabalho das mulheres nos países dependentes.....	43
4 - APROPRIAÇÃO DO DEBATE DA MULHER NO MUNDO DO TRABALHO PELO SERVIÇO SOCIAL: ELEMENTOS INTRODUTÓRIOS A PARTIR DOS ENPESSE 2016 E 2018.....	47
5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS	53
6 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	55

1 - APRESENTAÇÃO

Esse trabalho deseja analisar como os aportes teóricos da teoria marxista da dependência são necessários para a discussão da mulher no mundo do trabalho. É importante reconhecer que somente a partir da exposição e entendimento da configuração do capitalismo dependente e seus rebatimentos para a vida da classe trabalhadora - aqui com centralidade, das mulheres trabalhadoras - consegue-se travar resistência à exploração e subordinação.

A partir uma breve pesquisa, podemos encontrar na internet notícias como: “CEPAL: 2,7 mil mulheres foram vítimas de feminicídio na América Latina e Caribe em 2017.” GELEDÉS, 2018. “América Latina é a região mais letal para as mulheres.” EL PAÍS, 2018. “Ser mulher pode ser risco de vida na América Latina.” EXAME, 2018. Tais notícias justificam o esforço por entender a configuração do capitalismo na América Latina e seus rebatimentos na produção e reprodução das mulheres.

O estudo aqui proposto foi pensado, em um primeiro momento, a partir da inserção da discente na militância feminista e na pesquisa intitulada “Crise do capital e a conjuntura brasileira dos anos 2000: ajuste no modelo neoliberal da dependência ou novo desenvolvimentismo?” da Faculdade de Serviço Social - UFJF, 2017 - 2018 e 2018 - 2019, em que era discutida a teoria marxista da dependência.

De acordo com Saffioti (2015) ninguém escolhe seu tema de pesquisa, é escolhido por ele, e assim se fez o anseio dessa produção. A partir das observações, leituras, fichamentos e análises da realidade na militância e na pesquisa, surgiram inquietações e problematizações das diferenças que existem entre a vida das mulheres em diferentes formações sociais e como/por que as condições de vida dessas mulheres se acirram na América Latina.

Ademais, foi identificada uma inquietação sobre como o Serviço Social pauta a discussão da mulher no mundo do trabalho e por isso, a análise a partir da ótica da teoria marxista da dependência.

O objetivo desse trabalho, também passa pela análise da produção bibliográfica dos dois últimos Encontros de Pesquisadores em Serviço Social - 2016

e 2018 - acerca da mulher no mundo do trabalho. Reitera-se que a abordagem crítica aqui feita atravessa a teoria marxista da dependência para articular a superexploração da força de trabalho das mulheres.

Para tanto no primeiro capítulo há o resgate de algumas categorias marxianas necessárias, a apresentação da teoria marxista da dependência - de forma central com Marini - e a pontuação da questão em debate acerca da expansão da categoria da superexploração da força de trabalho aos países centrais no capitalismo mundializado.

No momento posterior passa-se à discussão da mulher no mundo do trabalho através de conceitos necessários como patriarcado e relações sociais de sexo indicando a perspectiva teórica de análise que vai ser feita. No segundo item desse capítulo são apresentadas as implicações do trabalho na vida das mulheres com a divisão sexual do trabalho e a apropriação da opressão das mulheres pelo capital. No último tópico do capítulo ainda, é feita a articulação que norteou esse trabalho fazendo a defesa de que há um acirramento da superexploração da força de trabalho das mulheres nos países dependentes.

Por fim, trazendo elementos que saltaram aos olhos na análise das produções faz-se um balanço crítico de como a temática vem sendo incorporada no Serviço Social.

Compreende-se que o Serviço Social inserido no campo das políticas públicas compreenda os processos que ocorrem no continente latino-americano a fim de afinar seu debate em meio às disputas constitutivas dessa dinâmica (PAIVA; ROCHA; CARRARO. 2010).

É importante construir o caminho de análise a partir de uma perspectiva crítica em que as relações de produção e do antagonismo entre as classes tenham centralidade, já que é esse processo que consolida a exploração - sofrida por toda a classe trabalhadora - e que se apropria da opressão das mulheres, sendo também o ponto em que se encontra a base de configuração da teoria marxista da dependência. Estabelece-se assim, um balanço crítico de como a estrutura econômica desses países periféricos dita a condição de acirramento de superexploração da força de trabalho sofrida pelas mulheres - rebatendo nos diversos âmbitos de suas vidas.

Para isso foi importante, estudar e se apropriar da bibliografia, de forma central, acerca do patriarcado, das relações sociais de sexo, da divisão sexual do trabalho, da teoria marxista da dependência e da categoria superexploração da força de trabalho. Explicita-se a relação da mulher no mundo do trabalho com a configuração do capitalismo nos países periféricos, problematizando as particularidades das condições de vida das mulheres nos países periféricos de capitalismo dependente a partir do mundo do trabalho.

Assim, o anseio central deste trabalho é fazer uma primeira aproximação de como o Serviço Social vem abordando a temática.

2 - APORTES TEÓRICOS DA TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA

Em um primeiro momento cabe discutir como a teoria marxista da dependência se configura, seus pressupostos, de onde surgem suas bases e quais as categorias necessárias para compreendê-la. Para tanto, será feito um resgate de como se estruturam as relações capitalistas nos países dependentes.

A partir da crítica da economia política desenvolvida por Marx, um grupo de estudiosos começou a aprofundar a particularidade do padrão de reprodução do capital na América Latina.

Essa primeira aproximação desvenda a complexidade da teoria marxista da dependência, que parte de Marx e vai além para compreender essa determinação e formação específica de capitalismo no bojo das relações mundiais.

Na identificação desses elementos, as categorias marxistas devem ser aplicadas, isto é, à realidade como instrumentos de análise e antecipações de seu desenvolvimento posterior. Por outro lado, essas categorias não podem substituir ou mistificar os fenômenos a que se aplicam; é por isso que a análise tem de ponderá-las, sem que isso implique em nenhum caso romper com a linha do raciocínio marxista, enxertando-lhe corpos que lhe são estranhos e que não podem, portanto ser assimilados por ela. (MARINI, 1990, p. 139).

Esse capítulo será desenvolvido em três partes. A primeira vai discutir categorias marxistas necessárias de análise para se compreender a teoria marxista da dependência. A segunda parte explicita a teoria marxista da dependência, de acordo com Marini, complementando-o com outros estudiosos atuais importantes. Na terceira parte se encontra a discussão da mundialização e o debate em aberto acerca da superexploração da força de trabalho se expandir para os países centrais.

Todo o arcabouço teórico pretendido neste capítulo será necessário para a compreensão da condição de acirramento da superexploração da força de trabalho das mulheres, demarcando de onde parte a análise bibliográfica aqui requerida de como o Serviço Social estuda a relação da mulher no mundo do trabalho de acordo com os últimos ENPESS.

2.1 Modo de produção capitalista: breve caracterização

Para realizar uma compreensão consistente da teoria marxista da dependência é fundamental entender determinadas categorias marxianas acerca do modo de produção capitalista.

É necessário salientar que a ascensão do modo de capitalista não é dada de forma espontânea, mas conta com determinantes históricos e relações sociais anteriores (MIRANDA, 2017).

O trabalho humano, de forma simplificada, satisfaz as necessidades humanas a partir do manejo da natureza e é dotado de intencionalidade prévia - o que difere os seres humanos dos animais.

No final do processo de trabalho, chega-se a um resultado que já estava presente na representação do trabalhador no início do processo, ou seja, um resultado que já existia idealmente. Isso não significa que ele se limite a uma alteração da forma do elemento natural; ele realiza neste último, ao mesmo tempo, a finalidade pretendida, que, como ele bem o sabe, determina o modo de sua atividade com a força de uma lei, à qual ele tem de subordinar sua vontade. E essa subordinação não é um ato isolado. Além do esforço dos órgãos que trabalham, a atividade laboral exige a vontade orientada a um fim, que se manifesta como atenção do trabalhador durante a realização de sua tarefa, e isso tanto mais quanto menos esse trabalho, pelo seu conteúdo e pelo modo de sua execução, atrai o trabalhador, portanto, quanto menos este último usufrui dele como jogo de suas próprias forças físicas e mentais. (MARX, 2017, p. 256)

Em seu sentido ontológico, o trabalho, tem a potencialidade de desenvolver nos sujeitos a cooperação, a aproximação de suas capacidades humano genéricas e dessa forma gerar uma riqueza humana sem precedentes, como exemplo vê-se as grandes inovações tecnológicas criadas. Mas ao ser capturado pela sociabilidade capitalista, o trabalho se torna alienado e estranhado aos homens e mulheres que não se identificam nesse processo. Há assim a coisificação e mercantilização, da vida em geral, através do trabalho nesse modo de produção e reprodução social.

Cria-se uma cisão entre sujeito e objeto, uma relação de “estranhamento” que permite a (re)produção de relações sociais nas quais a riqueza humana socialmente construída não é apropriada material e espiritualmente pelos indivíduos que a construíram; o produto da atividade humano-genérica se converte em algo que “não diz respeito” aos indivíduos singulares, o próprio indivíduo se torna objeto e os objetos passam valer como coisas. (BARROCO, 2010, p. 34)

Dentro do processo de trabalho, a produção de bens conta com três elementos: meios de trabalho, objetos de trabalho e força de trabalho, compondo as

chamadas forças produtivas. Sendo a intervenção da força de trabalho que viabiliza os meios e objetos de trabalho: os meios de produção (NETTO, BRAZ, 2012).

A força de trabalho é comprada e vendida pelos capitalistas, com fins de acumulação. Tal força de trabalho é constituída de indivíduos ocupantes da classe trabalhadora, que expropriados dos meios de produção, a única mercadoria de troca que podem oferecer é sua força de trabalho, essa é, por sua vez, comprada por aqueles detentores dos meios de produção, os burgueses. Por conseguinte, têm-se as duas classes antagônicas fundamentais do sistema capitalista diante do lugar e papel que ocupam no sistema produtivo: trabalhadores e burgueses (DURIGUETTO, MONTAÑO, 2015).

De acordo com Netto e Braz (2012) o modo de produção corresponde à articulação entre forças produtivas e relações de produção.

É importante destacar que a criação de valor na esfera produtiva é proveniente do capital variável (a força de trabalho) e não do capital constante (meios de produção) - o último somente transfere seu valor para os produtos (MARX, 2017.p .460).

O capital variável cria o chamado mais-valor, um tempo excedente na jornada de trabalho, que não é considerado trabalho socialmente necessário para a reprodução da força de trabalho e que é apropriado pelo capitalista.

Esse processo é a forma de exploração do modo de produção capitalista e Marx já apresentava possibilidades de ocorrer a violação da força de trabalho mas não se dedicou a essa questão. A subsistência do trabalhador é o valor produzido no tempo de trabalho socialmente necessário, sendo o salário a expressão monetária do valor da força de trabalho¹.

De acordo com Marx (2017. p. 294): “a taxa de mais-valor é, assim, a expressão exata do grau de exploração da força de trabalho pelo capital ou do trabalhador pelo capitalista”.

¹ Em Marx encontramos a possibilidade da violação da força de trabalho. No artigo de Souza Filho (2014) da Revista Conexões Geraes (p.32) o autor demarca:

A possibilidade da superexploração é indicada por Marx no Livro I, volume 1 d'O capital, em pelo menos dois momentos: quando trata do valor da força de trabalho no capítulo IV (MARX, 1996, p. 290) e ao discutir o conceito de mais valia relativa, no capítulo X (MARX, 1996, p.430). Além dessas passagens, no Livro III, volume 4, capítulo XIV (MARX, 2008, pp. 313-314), ao discutir os fatores contrários à queda tendencial da taxa média de lucro, Marx também apresenta indicações sobre a possibilidade da violação do valor da força de trabalho no modo de produção capitalista.

A ampliação do mais-valor pode ser realizada de forma absoluta ou relativa. Em síntese, o mais-valor absoluto é obtido com o prolongamento da jornada de trabalho mantendo o tempo de trabalho socialmente necessário, essa forma encontra, de acordo com Marx, limites no próprio capitalismo. Já o mais-valor relativo significa a redução do tempo de trabalho socialmente necessário mantendo a jornada de trabalho. Assim, deve ocorrer a redução do valor das mercadorias necessárias à reprodução da força de trabalho (MARX *apud* MIRANDA, 2013).

Ainda, no anseio de acumular, concentrar e centralizar, para garantir seus lucros, o capital traça uma busca incessante por inovações tecnológicas diminuindo o capital variável e aumentando o capital constante.

Esse fator gera o desemprego e serve de manutenção do chamado “exército industrial de reserva”.

O mecanismo da produção e acumulação capitalistas ajusta constantemente esse número a essas necessidades de valorização. A primeira palavra desse ajuste é a criação de uma superpopulação relativa, ou exército industrial de reserva; a última palavra, a miséria de camadas cada vez maiores do exército ativo de trabalhadores e o peso morto do pauperismo. (MARX, 2017, p. 720).

De acordo com a teoria marxiana do valor, a mercadoria como valor de uso tem a utilidade. O valor de troca das mercadorias permite comparar mercadorias de valores de uso distintos, reduzindo-as a um parâmetro quantitativo comum. Na sociedade capitalista o valor de uso das mercadorias se sucumbe ao valor de troca que gera a acumulação do capital.

Segundo Marx (2017), a determinação universal de todas as mercadorias é que são produzidas pelo trabalho humano abstrato. Mede-se a grandeza do valor de uma mercadoria unicamente pela quantidade do conjunto (social) de trabalho contido nela, ou seja, deve-se considerar o tempo social médio de trabalho usado para sua produção. Essa grandeza não é fixa e pode mudar de acordo com as forças produtivas do trabalho.

Marx definiu uma regra geral a partir desse movimento de que a “grandeza de valor de uma mercadoria varia na razão direta da quantidade de trabalho, que nela é realizado e na razão inversa da força produtiva desse trabalho” (MARX *apud* MIRANDA, 2013). As forças produtivas determinam o grau de desenvolvimento da atividade produtiva que pode criar um número maior ou menor de valores de uso.

O dinheiro, ainda, aparece como um equivalente geral dos preços das mercadorias, representando o tempo social médio da produção e que pode não expressar a medida exata do valor (MIRANDA, 2017).

É válido frisar que o que cria valor e mais-valor é o trabalho humano. Por assim dizer, o valor é uma relação social do modo de produção capitalista, a lei do valor demonstra a base do sistema capitalista: a exploração dos trabalhadores (MIRANDA, 2017).

De acordo com Marx (2017), no processo de formação do mais valor tem-se os meios pelos quais o capitalista consegue explorar a classe operária. Acima foi exposto inicialmente acerca do mais-valor absoluto e relativo. À título de complementação, ao adotar o mais-valor relativo - já que o mais-valor absoluto encontra limites sociais, como a luta da classe trabalhadora e limites naturais - o capital modifica a combinação do tempo de trabalho necessário e excedente e não permite que sejam pagos salários inferiores ao valor dos meios de subsistência da força de trabalho. Esse mais-valor é proveniente do trabalho não pago. A ampliação do mais-valor, na dinâmica relativa, implica desenvolvimento das forças produtivas.

É crucial demarcar que “a compreensão da reprodução capitalista exige que levemos em conta o movimento do capital, que não se esgota na produção.” (NETTO, BRAZ, 2012).

A circulação do capital pode ser dividida em três estágios. O primeiro é o capital monetário $D - M$, dinheiro transformado em mercadoria, em que o dinheiro se divide em duas partes: o investido em meios de produção e o investido na força de trabalho, assim, “o capital sai da esfera da circulação e ingressa na esfera da produção” (NETTO, BRAZ, 2012).

O segundo estágio do ciclo do capital é o capital produtivo. É apenas no ciclo do capital produtivo que há a criação de mais-valor pelo trabalho, o capitalista pode se utilizar desse excedente apropriado para consumo pessoal, que demarca a reprodução simples do capital, ou reinvestir na produção de mercadorias em que se dá a reprodução ampliada do capital (MARX *apud* MIRANDA, 2013).

Os trabalhadores ingressam nesse ciclo a partir do processo $T - D - M$, ou seja, o trabalhador recebe dinheiro ao vender sua força de trabalho e gasta com mercadorias de subsistência.

O processo da transformação do mais-valor em capital (acumulação) indica a já citada reprodução ampliada que permite esse processo com base no trabalho não pago anteriormente. “Gerar capital por meio de capital”, (MARX, 2017).

O terceiro estágio do capital seria a realização das mercadorias na esfera da circulação, ou seja, quando são vendidas, trocadas por dinheiro. É o momento que o capital retorna à esfera da circulação, já que as mercadorias se fazem novamente como capital monetário maior (D') que aquele investido no processo produtivo (D). É o segundo momento do capital na esfera da circulação representado por $M' - D'$ (NETTO, BRAZ, 2012).

No movimento do capital mercadoria, segundo Marx (2017), D' e M' não se diferem, quantitativamente, enquanto capital monetário e capital mercadoria, mas se diferem, qualitativamente, como dinheiro e mercadoria, que expressam o mais-valor.

A continuidade da produção capitalista, a sua reprodução, depende, naturalmente, da porção de D' que estará na base do novo processo produtivo: quanto maior essa porção considerada a proporção c e v , mais ampliada será a reprodução, mais alargada será a acumulação. Mas é igualmente claro que a continuidade da produção (e, portanto, a reprodução ampliada e a acumulação) depende(m) do fluxo permanente daqueles três momentos: qualquer interrupção perturba profundamente a dinâmica do capital, qualquer suspensão temporária do movimento do capital abre via às crises. (NETTO; BRAZ, 2012, p. 142)

Diante desse processo, é importante demarcar que os produtos são trocados por seus valores e que os preços podem não corresponder esses valores (MARX, 2017).

Assim, a produção social é dividida em um setor de meios de produção e um setor de meios de consumo, ainda dentro desses setores de produção, o capital é dividido em suas formas seja constante ou variável.

Não cabe aqui descrever e aprofundar o intercâmbio entre os setores e subsetores capitalistas de reprodução, o que interessa é o entendimento de que também entre os setores capitalistas existem dinâmicas próprias acerca do consumo e acesso a bens dentro do modo de produção capitalista, existindo a reprodução simples e a ampliada.

Assim, é válido pontuar que na reprodução simples Marx supõe a proporção de valor como 100% e pode-se concluir que na reprodução simples todo mais-valor é consumido improdutivamente.

Na reprodução ampliada o capitalista não usa seu mais-valor somente no consumo pessoal, mas investe parte desse montante a fins de acumular mais capital e ampliar a produção, isso faz com que o número de trabalhadores cresça, por um período, e, portanto, o consumo de subsistência, o que instiga esse setor também a expandir.

Desse modo, há uma progressão contínua da reprodução do capital com o passar dos anos. Obviamente, a tendência geral desse processo será a redução da força de trabalho, na medida do investimento em capital constante para aumentar a produtividade.

Outra categoria marxiana que cabe considerar é a teoria do preço. A taxa de mais-valor e a taxa de lucro possuem uma relação, o aumento da composição orgânica. Mesmo com a manutenção da taxa de mais-valor e, conseqüente, com a manutenção da exploração, diminui a taxa de lucro, essa taxa se conforma sempre como menor do que a taxa de mais-valor e a igualdade dessas duas só é possível se todo o investimento for de capital variável, o que é impossível.

O lucro, sendo mistificado, aparece como excedente do preço de venda das mercadorias na sociedade capitalista e não importa ao capitalista, se investe mais em capital variável ou capital constante. O valor total das mercadorias fica, dessa forma, expresso pela soma de capital total adiantado com a taxa de lucro esperada.

O movimento real se confunde com a Lei do Valor de Marx e essa contradição é formada porque o sistema capitalista é, em sua essência, contraditório.

Marx através da transformação dos valores das mercadorias em preços de produção, clareia essas ideias, ao passo que mostra que as mercadorias não são vendidas pelo seu valor, mas pelo seu preço. O preço de produção, então, é formado pelo preço de custo de cada capital somado com o lucro médio. Diante desse processo cada mercadoria individual pode ser vendida acima ou abaixo do seu valor, mas sempre acima de seu preço de custo, esse processo leva também à transferência de valor entre capitais que disputam participação na taxa de mais-valor socialmente produzido (MARX *apud* MIRANDA, 2013).

Essa dinâmica faz com que aumente a composição orgânica do capital (maior investimento em capital constante do que variável) fator que contribui para a dinâmica da lei da queda tendencial da taxa de lucro capitalista. Cabe salientar que essa teoria comprova que o lucro não provém do capital investido, mas do mais-

valor socialmente produzido, o trabalho humano e abstrato é o único criador de valor.

Marx (2017), destaca ainda a existência de uma trindade econômica: capital, terra e trabalho, elementos que apresentam contradições e que são formas correlacionais de rendimento, aparecem como juros, renda fundiária e salário.

O mais-valor produzido é dividido entre o capital social. O valor total produzido pela força de trabalho pode ser dividido em salário, lucro e renda.

Pode-se compreender que a redistribuição da renda nacional está intimamente ligada com o valor da força de trabalho e o mais-valor produzido. As frações capitalistas estão em disputa no processo de repartição do valor, ou seja, divisão do mais-valor socialmente produzido. Essas frações se expressam em: lucro industrial (processo produtivo, mais-valor), juro (empréstimo de capital ao capitalista produtivo), renda fundiária (uso da terra, propriedade fundiária) e lucro comercial (realização do valor).

De acordo com (Marx *apud* Miranda, 2013), o lucro industrial e comercial podem ser definidos como lucro empresarial e formam juntos com os juros, o lucro médio. A totalidade do mais-valor, portanto, é expressa pelo lucro médio (industrial, comercial e financeiro) e a renda fundiária. Por conseguinte, têm-se a luta intercapitalista pela repartição do mais-valor entre o capitalista fundiário, industrial, comercial e bancário e, de outro lado, os trabalhadores que lutam contra o processo de exploração, buscando alterar a distribuição de renda.

O proposto neste item é se aproximar da discussão de Marx, como ponto de partida para compreender a teoria marxista da dependência e as particularidades que ela traz, não se faz um estudo profundo da obra de Marx, mas demarca-se categorias e elementos principais da dinâmica capitalista.

Assim, diante da dinâmica e processos, das entranhas do modo de produção capitalista, desvendados por Marx em sua obra e resumidamente abordados aqui, para clarificar o ponto de partida da discussão, é feita a indagação: diante dessa estrutura quais as particularidades dos países periféricos que os diferem dos países centrais? Entendemos que a teoria marxista da dependência pode elucidar essa questão.

2.2 A teoria marxista da dependência: pressupostos históricos

A conjuntura da América Latina constata como a acumulação de capital se dá cada vez mais de forma desmedida, agravando os rebatimentos da questão social. Para reerguer e manter o modo de produção capitalista os recursos públicos são usados em benefício do setor privado, agravando as condições dos trabalhadores e trabalhadoras da América Latina.

Nesse cenário, o Estado se coloca como mantenedor dos lucros capitalistas através de regulação e controle da força de trabalho para reprodução ampliada do capitalismo.

Souza Filho (2014), bem demarca a relação das políticas sociais nos países periféricos, sinalizando que o fundo público que atenderia em partes às necessidades da classe trabalhadora, a partir das políticas sociais, é comprometido pela destinação de recursos à expansão das relações capitalistas já que com a transferência de valor dos países periféricos aos centrais - entenderemos esse elemento abaixo - recursos que poderiam ser disputados para o desenvolvimento de políticas sociais são reduzidos, o que ataca a reprodução social da classe trabalhadora com a profunda precarização das políticas sociais nos países dependentes. Assim, o autor explica:

Este fato nos parece determinante, do ponto de vista objetivo, para uma tendência de produção, nos países dependentes, de políticas tributárias regressivas, mesmo em condições de baixa capacidade de tributação sobre o trabalho, devido à superexploração. Por outro lado, a dinâmica da violação do valor da força de trabalho deteriora as condições de vida da classe trabalhadora de maneira substantiva, produzindo um agravamento das expressões da “questão social” e, portanto, ampliando as necessidades fundamentais para a reprodução social do trabalhador. (SOUZA FILHO, 2014, p. 27)

Após o fim do estatuto colonial se formam os governos dependentes e as burguesias locais dependentes em nações formalmente independentes. O capital prepara essas formações sociais para a expansão do modo de produção capitalista, seguindo processos de industrialização.

O capitalismo mercantil se expande nos países dependentes como forma de acumulação, baseada na escravidão, na concentração de terras e na produção de bens primários. Com isso percebe-se como os processos de independência desses países não significam rupturas, já que mantém características do período colonial e

ao mesmo passo intensifica os processos de concentração e centralização de riqueza.

O capitalismo é um sistema que só funciona de forma articulada mundialmente, tanto que há a divisão internacional do trabalho que regula as relações capitalistas. Não se trata, pois, de dizer que os países dependentes se encontram em um “pré-capitalismo”, mas um capitalismo que necessita de “atrasos”, de exploração constante e violenta em certas formações para se manter.

(...) mais do que um pré-capitalismo, o que se tem é um capitalismo sui generis, que só adquire sentido se o contemplamos na perspectiva do sistema em seu conjunto, tanto em nível nacional, quanto, e principalmente, em nível internacional. (MARINI. 1990. p. 138)

Pode-se dizer que a modernização capitalista da América Latina estrutura-se na subordinação política aos países centrais e em uma economia exportadora, que ataca a reprodução da classe trabalhadora com vínculos empregatícios informais ou inexistentes.

De forma geral, certas economias se desenvolvem mais aceleradamente que outras, esse fator é fundamentado pela divisão internacional do trabalho, com a subordinação dos países periféricos para a manutenção da reprodução ampliada do capital. A economia central desenvolve-se de forma autônoma e a periférica está condicionada à central, é seu reflexo.

Diante dessa particularidade do capitalismo surgem estudos acerca da dinâmica de produção na América Latina.

Os principais teóricos que fizeram esse movimento na constituição da teoria marxista da dependência foram: Ruy Mauro Marini, André Gunder Frank, Theotonio dos Santos, Vânia Bambirra, Orlando Caputo e Roberto Pizarro, com seus diferentes cortes-teórico metodológicos.

Segundo Carcanholo (2013), essa é a teoria com base em Marx que interpreta a relação centro-periferia no capitalismo mundial e toda a dinâmica que essa relação representa. O contexto que essa teoria foi constituída e teve seu auge foram nos anos 60 e voltou a ser mais trabalhada em 1990 com o agravamento da situação dos países periféricos e a entrada do modelo neoliberal nas economias.

O percurso teórico feito até se concretizar uma teoria marxista da dependência exigiu rupturas e reformulações que envolvem a discussão dos termos

desenvolvimento/subdesenvolvimento e da ideia de que com a industrialização esses países sairiam da condição de subdesenvolvidos.

A ideia tradicional do termo desenvolvimento fruto do positivismo e com influências moralistas apresenta a história como uma linha fixa que atravessa o tempo do “pior” para o “melhor”, como o conceito de progresso. Para Marx, desenvolvimento representa processualidade, manifestações ocorridas com o passar do tempo nas estruturas sociais, que se complexifica nesse desenrolar permeado de contradições e não de forma imóvel e acabada. O processo de acumulação se constitui como unidade dialética entre subdesenvolvimento e desenvolvimento. Cabe destacar que o subdesenvolvimento é necessário e funcional ao capitalismo e, portanto, a situação de dependência não pode ser superada na ordem vigente (CARCANHOLO, 2013).

Em “Dialética da Dependência”, 1973, Marini, consolida a teoria marxista da dependência e demarca seus elementos estruturantes, de forma sumária a partir de seis pontos, que são pressupostos conjuntos que se complementam e se relacionam no movimento da realidade.

Marini enumera y explica un conjunto de procesos que constituyen particularidades del capitalismo dependiente, entre los que destacan la ruptura del ciclo del capital, esto es, el desfase entre la esfera de la producción y la esfera de la realización, sea en mercados exteriores y/o en la esfera alta de consumo local; el predominio de los trabajadores como productores y su irrelevancia como consumidores; el peso de la plusvalía extraordinaria y la dificultad de trasladar la acumulación al campo de la plusvalía relativa; la transferencia de valor a las economías imperialistas por el intercambio desigual; la forma aguda que asumen los procesos de concentración y centralización de capitales; finalmente, pero no lo menos relevante, una organización productiva sustentada en la superexplotación. (OSORIO, 2013, p.61)

Aqui, dois pontos principais que Marini contempla serão destacados: a troca desigual e a superexploração da força de trabalho. Por entender que esses pontos dão conta de sinalizar o debate e demonstrar os principais elementos da configuração do capitalismo dependente.

Em um primeiro momento é preciso compreender que o marco de desenvolvimento da América Latina combina com o momento de expansão do capitalismo internacional. Outro fato histórico importante é a Revolução Industrial

em que os países “passam a girar em torno da Inglaterra” (MARINI, 1990), através da estrutura definida que chamamos de divisão internacional do trabalho, afirma:

(...) é a partir de então que se configura a dependência, entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. A consequência da dependência não pode ser, portanto, nada mais do que maior dependência, e sua superação supõe necessariamente a supressão das relações de produção nela envolvida. (MARINI, 1990, p. 141)

O papel dos países dependentes para o desenvolvimento do capitalismo está ligado, em suma, a disponibilizar meios de subsistência e matérias-primas industriais que auxiliam no desenvolvimento das indústrias nos países centrais. Cumpre função, de acordo com Marini (1990):

Mais além de facilitar o crescimento quantitativo destes, a participação da América Latina no mercado mundial contribuirá para que o eixo da acumulação na economia industrial se desloque da produção de mais-valia absoluta para a de mais-valia relativa, ou seja, que a acumulação passe a depender mais do aumento da capacidade produtiva do trabalho do que simplesmente da exploração do trabalhador. (p. 140)

Marini (1990) destaca, a partir de então, o caráter contraditório da dependência que mesmo dependendo mais do aumento da capacidade produtiva do trabalho se sustenta na maior exploração do trabalhador e desvalorização da força de trabalho.

Marini (1990) demarca que “a América Latina desempenha um papel significativo no aumento da mais-valia relativa nos países industriais.”

Teoricamente, o intercâmbio de mercadorias expressa a troca de equivalentes, cujo valor se determina pela quantidade de trabalho socialmente necessário que as mercadorias incorporam. Na prática, observam-se diferentes mecanismos que permitem realizar transferência de valor, passando por cima das leis de troca, e que se expressam na forma como se fixam os preços de mercado e os preços de produção das mercadorias. (MARINI, 1990, p. 144)

A dependência dos países periféricos tem sua legitimidade com a Divisão Internacional do Trabalho. A periferia fornece matérias primas, gêneros alimentícios, bens de consumo não duráveis e os bens de consumo duráveis são produzidos a

partir de relação com o capital internacional ou importando mercadorias do centro para produzir bens industrializados, nessa dinâmica ocorre a transferência de valor da periferia para o centro, que gera redução do excedente na periferia a fim de manter a dinâmica de reprodução e produção social.

Esto sucede porque en los periodos de recesión económica, los precios de las materias primas y alimentos tienden a caer más abruptamente y de manera más persistente que los bienes industriales. (OSORIO, 2009, p. 107)

Na dinâmica da troca de valor entre os países centrais e dependentes há a perda de mais-valia pelos países periféricos e, nesse sentido, as formações dependentes de modo a compensar o mais valor perdido, no plano da produção interna, aumentam a mais-valia à custa de uma maior exploração do trabalhador, violando o valor de sua força de trabalho, sem incremento nas forças produtivas.

De acordo com Marini (1990), a compensação da perda de mais-valia no plano da produção interna se dá através da superexploração da força de trabalho, dessa forma a economia capitalista dependente se estrutura através da violação do valor da força de trabalho. A superexploração da força de trabalho é, então, um mecanismo de compensação.

Marini (1990) aponta três mecanismos utilizados para superexplorar a força de trabalho: a intensificação do trabalho, a prolongação da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho.

(..) importa assinalar que, nos três mecanismos considerados, a característica essencial está dada pelo fato de que são negadas ao trabalhador as condições necessárias para repor o desgaste de sua força de trabalho: nos dois primeiros casos, porque lhe é obrigado um dispêndio de força de trabalho superior ao que deveria proporcionar normalmente, provocando assim seu esgotamento prematuro; no último, porque lhe é retirada inclusive a possibilidade de consumo do estritamente indispensável para conservar sua força de trabalho em estado normal. (MARINI, 1990, p. 150)

Para Osório (2009), em consonância com Marini, há três mecanismos de superexploração - compra da força de trabalho por um salário inferior a seu valor, prolongação anormal da jornada de trabalho e a intensificação do trabalho - e esta representa expressamente uma violação do valor da força de trabalho, sendo assim explícita: “la superexplotación, en tanto violación del valor de la fuerza del trabajo, no implica simplemente más explotación”.

Em Amaral (2013) aparecem quatro mecanismos de superexploração, além dos três mecanismos já elencados a autora inclui um quarto mecanismo que seria a elevação do valor da força de trabalho sem que se eleve os salários. O que seria muito parecido ao mecanismo do pagamento da força de trabalho abaixo do seu valor, expresso nos salários.

Sotelo (2016) afirma que “a superexploração do trabalho que obstaculiza sistematicamente a implantação da mais-valia relativa como eixo do processo de acumulação e reprodução do capital”.

Em suma, a superexploração não pode ser confundida com as demais formas de elevação capitalista de mais-valia, é categoria própria de países dependentes mesmo que em algum momento da história e conjuntura dos países centrais as características apareçam (SOUZA FILHO, 2014).

A partir dos estudos de Osório, Souza Filho (2014) argumenta como o fundo de consumo do trabalhador é transformado em fundo de acumulação do capital e como a superexploração se concretiza por diversos mecanismos seja violando diretamente o valor diário da força de trabalho seja violando o seu valor total e anos futuros de vida do trabalhador.

Un salario insuficiente o un proceso de trabajo con sobredesgaste (sea por la prolongación de la jornada laboral, sea por la intensificación del trabajo) acortarian el tiempo de vida útil y de vida total del obrero. De esta manera el capitalista se estaría apropiando hoy de años futuros de trabajo y de vida de dicho trabajador. (OSORIO, 2009, p. 110)

É importante destacar que os países dependentes não podem criar “autonomia” através da industrialização, como confiam algumas correntes teóricas, uma vez apresentado o movimento do capital mundializado, aqui através da teoria marxista da dependência, que precisa da troca desfavorável de valor e da consequente superexploração da força de trabalho para se manter.

2.3 A superexploração da força de trabalho e a mundialização: um panorama geral das questões em debate

Em suma, como já sinalizado, a categoria superexploração da força de trabalho serve como compensação à transferência de valor do capitalismo mundializado.

Com as novas configurações do mundo do trabalho, Marini e os estudiosos que se debruçam sobre a teoria marxista da dependência, travam um debate sobre como se dá, na contemporaneidade, a superexploração da força de trabalho que a partir de suas bases estruturais acompanha as particularidades do capitalismo na história.

A questão central desse debate é se a superexploração da força de trabalho se desloca também aos países de capitalismo central como estrutura de expansão da mais-valia.

Marini suscita a necessidade de colocar em evidência o debate sobre a questão da superexploração do trabalho no mundo contemporâneo, como processo que já não seria apenas exclusivo das economias dependentes latino-americanas, mas também - devido à mundialização do capital e dos processos estruturais e superestruturais que a acompanham - estaria se generalizando em âmbitos laborais cada vez menos restritos e em processos de trabalho dos próprios países industrializados, atingindo segmentos cada vez mais generalizados da classe trabalhadora e do proletariado destes países (SOTELO, 2016, p. 38)

Para essa discussão serão utilizados os autores Marini, Osorio, Sotelo e a autora Amaral.

Há que se destacar que não é homogêneo o pensamento e estudos desses pesquisadores acerca da superexploração da força de trabalho. Partem da teoria marxista da dependência, ancorados em Marini, mas seguem apreensão diferentes já sinalizadas no item anterior.

Concorda-se com Sotelo (2016) que:

ainda não existe acúmulo de dados, informação e evidências suficientes que possam coroar de forma exitosa esta tarefa. Talvez ainda seja necessário esperar que a realidade e, conseqüentemente, o debate amadureçam.(p.34)

Marini (1997) interpreta, de forma bem explicativa, que para o capital:

se vale tanto del aumento de la jornada laboral y de la intensificación del trabajo como, de manera más burda, de la rebaja de salarios, sin respetar el valor real de la fuerza de trabajo. De este modo se generaliza a todo el sistema, incluso los centros avanzados, lo que era un rasgo distintivo —aunque no privativo— de la economía dependiente: la superexplotación generalizada del trabajo. Su consecuencia —que era su causa— es la de hacer crecer la masa de trabajadores excedentes y agudizar su pauperización, en el momento mismo en que el desarrollo de las fuerzas productivas abre perspectivas ilimitadas de bienestar material y espiritual a los pueblos. (p.)

Osorio (2009) visualiza que mesmo com efeitos econômicos distintos:

En la actual etapa de mundialización la explotación redoblada del trabajo ya sólo opera en el mundo dependiente sino que se ha extendido en el sistema mundial capitalista, afectando no sólo a los trabajadores migrantes en el mundo central, como ocurría en periodos previos, sino también a capas trabajadoras cada vez más amplias de los mismos países centrales.(p. 117)

O autor diferencia a superexploração da força de trabalho dos países centrais à da dos dependentes, nesse sentido, reitera que o mecanismo mais presente nas economias centrais seria o prolongamento da jornada de trabalho e a aumento da intensidade do trabalho, já o pagamento da força de trabalho abaixo de seu valor é menos utilizado.

Ainda sobre o processo de mundialização do capital se expressar nos países de capitalismo dependente Osorio (2009) formula:

En el mundo dependiente todas las formas de la explotación redoblada del trabajo se han agudizado, principalmente mediante el derrumbe de los salarios por debajo del valor de la fuerza de trabajo en el momento de la compra-venta de esta mercancía, lo que aliena a su vez la prolongación de la jornada. (p. 118)

Dessa forma, a defesa é de que a superexploração da força de trabalho está estruturalmente ligada aos países dependentes, mas, aparece como estrutura de expansão da mais-valia nos países centrais.

De outro ponto argumenta Sotelo (2016), acerca dessa questão, que a superexploração está cada vez mais presente nos países centrais e que assume formas distintas a depender do país ou região e que há dois tipos de regime, o de mais-valia relativa ou a superexploração, que vai influenciar e diferenciar nesse contexto. Coloca ainda a superexploração como uma saída ao capital diante de dificuldades de expansão e se torna operacional na economia internacional.

Como vemos, a universalização da superexploração permite ao capital global, tanto nos países dependentes quanto nos países de capitalismo avançado, obter mais-valia adicional para os capitais hegemônicos dos países imperialistas. (p. 45)

O autor destaca que essa relação não acaba com a estrutura da superexploração nos países dependentes e com a relação de dominação centro/periferia, afirma assim:

Neste contexto, a superexploração do trabalho se implanta nos países do centro do sistema mundial como mecanismo de contenção

da queda da rentabilidade e dos investimentos de capital, sem alterar sua essência ou substituí-la nos países dependentes. Portanto, não se apaga a relação de dominação centro/periferia, metrópole/satélite ou império/dependência. A diferença substancial, em ambos “tipos” ou modalidades de capitalismo, consiste em que nos países dependentes a superexploração funciona sob a égide de processos de produção e de trabalho fundados na mais-valia absoluta, na intensificação do trabalho e, por último, na redução do fundo de consumo do trabalhador. No capitalismo avançado, ao contrário, a superexploração se circunscreve aos ciclos dominantes do capital (...). (SOTELO, 2016, p. 46)

Em contrapartida, Amaral e Duarte (2013), se opõem à ideia de que o fenômeno da superexploração ganha lugar nas economias centrais defendendo que:

ainda que esteja ocorrendo violação da força de trabalho nos países do centro - e um movimento como este não é de modo algum estranho à lógica de funcionamento do sistema capitalista-, isto não é o mesmo que superexploração da força de trabalho, mas tão somente, a exacerbação de uma das formas de extração de mais-valia ou de uma das formas de elevar a exploração da força de trabalho. A superexploração, em sua forma de manifestação, é, de fato, mais exploração. (p. 14)

Os autores, Amaral e Duarte (2013), sustentam que a superexploração da força de trabalho “é o próprio definidor da condição dependente” e que se convertemos essa categoria aos países centrais “ela se converte em sinônimo de uma mera forma de elevar a taxa de mais-valia” significando somente um incremento de exploração. Defendem até mesmo que se crie um novo termo para o que vem ocorrendo nos países centrais, mas não que se use a denominação de superexploração da força de trabalho.

Se assim é, a categoria torna-se, em si, absolutamente redundante e perde por completo sua razão de ser. E, com ela, perdem-se também os condicionantes estruturais da dependência, não sendo de todo exagerado entender que se esvaem, inclusive, o próprio antagonismo dialético entre centro e periferia, conseqüentemente, a noção de imperialismo da qual a teoria marxista da dependência é declaradamente herdeira e (por que não?) a teoria da dependência mesma. (AMARAL; DUARTE, 2013, p. 14)

O aparato geral do item teve como intuito apresentar a discussão e demonstrar como é importante compreender o debate que está posto atualmente na configuração da teoria marxista da dependência.

A partir da compreensão da teoria marxista da dependência e dos debates atuais em torno da mundialização, no próximo capítulo, serão debatidos os conceitos, categorias, mecanismos que atravessam a vida das mulheres trabalhadoras para que se chegue ao ponto principal e ao aporte teórico que servirá de base para a análise dos artigos proposta neste trabalho.

3 - A MULHER NO MUNDO DO TRABALHO

Como já sinalizado, o trabalho é central na vida dos sujeitos e por isso a opção por esse caminho de análise.

Entende-se que o trabalho dita e é refluxo das relações cotidianas das mulheres trabalhadoras, sendo essas o sujeito a quem se quer aqui compreender a funcionalidade de sua subordinação, exploração, dominação e opressão ao capital.

Esse capítulo foi dividido em três itens em que se pretende, em um primeiro momento, destacar a posição da mulher na sociabilidade capitalista e os mecanismos, categorias e relações que as subjugam. No segundo item passa-se à discussão de como se configura o mundo do trabalho para as mulheres e os rebatimentos no âmbito de sua produção e reprodução. E no último tópico discute-se, o principal desse trabalho, a defesa do acirramento da superexploração da força de trabalho das mulheres que gera toda a violenta precarização da vida objetiva e subjetiva das mulheres nos países periféricos.

Entende-se que há perspectivas e projetos que analisam e se objetivam de forma diferente dentro dessa discussão e cabe aqui deixar claro que o entendimento acerca do feminismo e dos estudos acerca das mulheres serão guiados em uma perspectiva materialista, marxista, entendendo como primordial nessa ótica a posição da mulher na luta de classes, guiadas, principalmente, pelas contribuições das feministas francófonas. Não de forma a fechar o horizonte de discussão, compreendendo que é importante conhecer diferentes perspectivas e dialogar com essas, já que também propiciam contribuições importantes, mas sim de delimitar o caráter do debate empreendido aqui.

3.1 - Elementos principais para a reflexão acerca do lugar e papel das mulheres na sociedade capitalista

Partindo de pressupostos críticos marxistas e formulações propostas por autores e autoras que recorrem à centralidade de classe nesse debate, é necessária a análise das relações que perpassam a vida das mulheres no modo de produção capitalista e os respectivos mecanismos, sistemas e categorias de exploração, opressão e subordinação que permeiam a objetividade e subjetividade das mulheres.

A discussão será guiada em torno de dois conceitos históricos principais: patriarcado e relações sociais de sexo. Cabe demarcar que serão pontuados o debate em aberto em torno dessas formulações e será abordado o caminho que se acredita ser mais coerente.

Não mais que outros termos de Ciências Sociais, os termos “patriarcado”, “gênero” ou “sistema de gênero”, “relações sociais de sexo” ou “relações sociais de gênero”, ou qualquer outro termo suscetível de ser empregado em seu lugar, não têm definição estrita e tampouco uma com a qual todos estejam de acordo. (DELPHY, 2009, P. 178)

O objetivo é estabelecer os aportes teóricos envolvidos nessas concepções e resgatar que há questões importantes em debate.

(...) têm, entretanto, em comum o fato de pretenderem descrever não atitudes individuais ou de setores precisos da vida social, mas um sistema total que impregna e comanda o conjunto das atividades humanas, coletivas e individuais. (DELPHY, 2009, p. 178)

Assim, é imprescindível, para a compreensão do lugar da mulher no modo de produção capitalista, a discussão de patriarcado, divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo (DELPHY, 2009) - a divisão sexual do trabalho será abordada em outro tópico -. Sendo necessário refletir como esses elementos se fazem estruturantes para a manutenção do capitalismo baseado na busca permanente por lucros e na desumanização.

Os termos podem ser tanto opostos como tomados como sinônimos, ou ainda como complementares, cada um deles, quando são todos utilizados, esclarecendo e enfatizando de modos um pouco diferentes o mesmo fenômeno. (DELPHY, 2009, P.178)

Saffioti (2015) pontua que no caminho a se chegar nas discussões hoje consolidadas deve ser levada em conta a historicidade das relações estabelecidas, sendo assim:

(...) é absolutamente imprescindível que esta trajetória seja descrita para que haja empoderamento, não de mulheres, mas da categoria social por elas constituída. Há uma tensão entre a experiência histórica contemporânea das mulheres e sua exclusão dos esquemas de pensamento, que permitem a interpretação desta experiência. (p. 110)

Fazendo relação com o que a autora diz acerca do empoderar sendo importante não de forma individual, mas como categoria social, há que se fazer uma problematização demarcando a perspectiva crítica aqui seguida.

Para tanto, alguns conceitos iniciais muito difusos atualmente, de antemão, devem ser contestados, são eles: lugar de fala, representatividade e empoderamento.

Tais formulações situadas no campo do pensamento pós-moderno² são funcionais ao capital na medida em que problematizam sem sair do lugar, não visam rompimento com a ordem e em diversos cenários contribuem com a ganância capitalista por lucros.

De forma sucinta, chega-se à conclusão que: o empoderamento através da mercantilização vem gerando lucros ao capital com a venda de produtos, a falsa representatividade sem o efetivo embate ao capital só preenche os espaços sem os significar de forma combativa aos interesses das mulheres e o lugar de fala ao excluir os homens do debate não dialoga e avança, já que fragmenta a luta como se fosse somente das mulheres e veremos que o patriarcado funciona não somente com a figura masculina.

O que realmente se almeja discutir é como os elementos de dominação e exploração das mulheres são percebidos e teorizados, principalmente entendendo como ainda atacam diretamente a vida das mulheres atualmente, dessa forma, por exemplo, acerca do patriarcado:

o importante a reter é que a base material do patriarcado não foi destruída, não obstante os avanços femininos, quer na área profissional, quer na representação no parlamento brasileiro e demais postos eletivos políticos. (SAFFIOTI, 2015, P.112)

Por conseguinte, acerca da subordinação das mulheres aos mandos da sociabilidade burguesa:

(...) não basta que uma parte das mulheres ocupem posições econômicas, políticas, religiosas etc., tradicionalmente reservadas aos homens. (...) qualquer que seja a profundidade da dominação-exploração da categoria mulheres pela dos homens, a natureza do patriarcado continua a mesma. (SAFFIOTI, 2015, P. 115)

Para o objetivo deste trabalho serão discutidas no primeiro subtópico as formas que levam à naturalização do patriarcado e como categorias dotadas de

² Essa tendência visualiza as lutas sem vinculação à questão de classe e nega o marxismo por acreditar, equivocadamente, que ele não dá conta de responder às pautas dos movimentos identitários, descartando assim a centralidade da contradição entre capital e trabalho. (GUIMARÃES; RIBEIRO, 2019, p.5)

Ver melhor em Condição pós-moderna, David Harvey, 2002.

história perdem o sentido ao serem visualizadas de forma a-histórica e descontextualizada. Em seguida no segundo subtópico será trazido o debate de “gênero” ou “relações sociais de sexo” e como essa relação é vista e discutida, diferenciando os termos e explicitando o que se acha mais coerente com a análise do real. O propósito é destacar os conceitos e os debates em aberto indicando os caminhos de reflexão.

3.1.1 - Patriarcado

A respeito do patriarcado, de forma inicial e sintética, podemos dizer que é o sistema de poder dos homens sobre as mulheres e da fixação de papéis públicos e privados, sendo os públicos exercidos pelos homens e os privados pelas mulheres, envolvendo poder e dominação dos homens sobre as mulheres.

Essa lógica desqualifica o trabalho feminino em detrimento do trabalho masculino e se casa com a dinâmica da divisão sexual do trabalho que irá ser vista no próximo tópico.

As mulheres são “amputadas”, sobretudo no desenvolvimento e uso da razão e no exercício do poder. Elas são socializadas para desenvolver comportamentos dóceis, cordatos, apaziguadores. (SAFFIOTI, 2015, P. 37)

O patriarcado tem seu caráter histórico e há as estudiosas que defendem tido duração específica, mas continuar a perpetuar subordinação-dominação e, em conjunto com o capitalismo, a exploração. E há estudiosas que acreditam que o termo já não tem utilidade mais por sua delimitação histórica. Aqui acreditamos na primeira abordagem.

De forma primordial há que se dizer que:

seguramente, este regime ancora-se em uma maneira de os homens assegurarem, para si mesmos e para seus dependentes, os meios necessários à produção diária e à reprodução da vida. (SAFFIOTI, 2015, P. 111)

Assim, Saffioti (2015) argumenta como os homens estabelecem até mesmo de forma involuntária uma solidariedade para que se consiga manter a engrenagem do patriarcado funcionando a seu favor e demarca: “neste regime, as mulheres são objetos de satisfação sexual dos homens, reprodutoras de herdeiros, de força de trabalho e de novas reprodutoras.” (p.12)

O patriarcado, estabelecendo funções sociais específicas a homens e mulheres que são naturalizadas em sociedade impõe uma ideologia sexista, faz-se acreditar em mentiras, quando se fala de análise do real, como verdades e gira em torno de estabelecer qualidades às características biológicas dos homens e defeitos às das mulheres. Essa ideologia sexista, transforma desvantagens dos homens em vantagens e controla a sexualidade feminina. (SAFFIOTI, 2015)

De forma resumida: “o sexismo não é somente uma ideologia, reflete, também, uma estrutura de poder, cuja distribuição é muito desigual, em detrimento das mulheres.” (SAFFIOTI, 2015)

Há que se reiterar a existência de contratos sociais que cumulam para a subordinação. Pateman *apud* Saffioti (1993) diz que “o contrato social é uma história de liberdade; o contrato sexual é uma história de sujeição. O contrato original cria ambas, a liberdade e dominação”, nesse âmbito a liberdade civil não se universaliza.

De acordo com Saffioti (2015) o “patriarcado perpassa não só a sociedade civil mas impregna também o Estado”, fator que explica a violência do Estado e a falta de amparo à mulher.

a diferença sexual é convertida em diferença política, passando a se exprimir em liberdade ou sujeição . Sendo o patriarcado uma forma de expressão do poder político, esta abordagem vai ao encontro da máxima legada pelo feminismo radical: “o pessoal é político.” (SAFFIOTI, 2015, p. 58)

Saffioti (2015) vai discorrer sobre a polissemia dos conceitos de gênero e patriarcado e sobre o debate de se abandonar, ou não, um ou outro termo.

Sobre o patriarcado a autora, diz que “colocar o nome dominação masculina - patriarcado - na sombra significa operar segundo a ideologia patriarcal, que torna natural essa dominação-exploração.” (SAFFIOTI, 2015).

É preciso entender então que o termo patriarcado não se refere apenas a uma sobrevivência de um patriarcado remoto mas “é muito jovem, e pujante, tendo sucedido às sociedades igualitárias” (SAFFIOTI, 2015), o abandono do termo incorreria em naturalização e mistificação das relações entre homens e mulheres.

É importante, antes de discutir as demais relações, que não se entende os elementos da vida das mulheres como processos separados, mas dialéticos no movimento da realidade que incidem sobre os ombros das mulheres hoje e que são categorias e conceitos dotados de historicidade. E nesse sentido patriarcado

significa o conjunto de relações mais amplas e não uma dominação individual sobre as mulheres. (DELPHY, 2009)

Assim, diferentemente da categoria gênero, quando utilizamos patriarcado, necessariamente estamos nos referindo às relações de dominação, opressão e exploração masculinas na apropriação sobre o corpo, a vida e o trabalho das mulheres. Ou seja, o patriarcado nomeia as desigualdades que marcam as relações sociais de sexo em vigor na sociedade. (CISNE, 2018, p. 88)

O termo sofreu mudanças ao longo dos anos, tido de maneira religiosa ou elogiosa em alguns momentos históricos. Mas,

nessa nova acepção feminista, o patriarcado designa uma formação social em que os homens detêm o poder, ou ainda, mais simplesmente, o poder é dos homens. Ele é, assim, quase sinônimo de “dominação masculina” ou de opressão das mulheres. Essas expressões, contemporâneas dos anos 70, referem-se ao mesmo objeto, designado na época precedente pelas expressões “subordinação” ou “sujeição” das mulheres, ou ainda “condição feminina”. (DELPHY, 2009, p. 173)

O patriarcado seria assim, o termo que designa o conjunto do sistema a ser combatido (DELPHY, 2009). Mas há que se ter cuidado ao tratar do termo como um sistema, já que não é um sistema autônomo, mas faz relação e tem sentido/papel claros no sistema capitalista como veremos.

É central destacar que a máquina do patriarcado é uma “máquina bem azeitada, que opera sem cessar e, abrindo mão de muito rigor, quase que automaticamente.” (SAFFIOTI, 2015).

Aqui temos uma discussão muito valiosa, o patriarcado não precisa que necessariamente um homem o reproduza, é uma máquina tão bem estruturada que qualquer um consegue acionar suas engrenagens, está enraizado na sociedade e sua reprodução pode se dar de forma involuntária e irrefletida. Por isso, as teses de alguma correntes feministas, que afirmam que com o fim dos homens a subordinação também se extinguiria, estão totalmente equivocadas.

Além do patriarcado fomentar a guerra entre as mulheres, funciona como uma engrenagem quase automática, pois pode ser acionada por qualquer um, inclusive por mulheres. (...) mulheres desempenham, com maior ou menor frequência e com mais ou menos rudeza, as funções do patriarca, disciplinando filhos e outras crianças ou adolescentes, segundo a lei do pai. Ainda que não sejam cúmplices desse regime, colaboram para alimentá-lo (SAFFIOTI, 2015, p. 108)

Dessa forma, a maioria dos homens se identificam com ideologias machistas sem ter noção do que seja ideologia. Mas algumas mulheres também reproduzem essas falácias já que foram socializadas a partir destes elementos.

Saffioti (2015) questiona se o machismo favorece somente os homens. Diante dessa reflexão trás elementos riquíssimos para que se se faça a correta mediação, já que, a internet atualmente é inundada por essa discussão de “seriam os homens também prejudicados com o machismo?”.

Para fazer justiça, o sexismo prejudica homens, mulheres e suas relações. O saldo negativo mais é das mulheres, o que não deve obnubilar a inteligência daqueles que se interessam pelo assunto da democracia.(SAFFIOTI, 2015, p 120.)

Acerca do desemprego, por exemplo, Saffioti vai refletir que os homens são os mais afetados já que sempre foi e é colocada como responsabilidade deles o provimento de necessidades materiais para a família, e se sentem impotentes quando impedidos de trabalhar seja por um adoecimento, seja por não conseguirem inserir do mercado de trabalho diante de todas as dificuldade estruturais desses tempos. Outro fator diz respeito à sexualidade: “há homens que verbalizam querer morrer a ficar sexualmente impotentes” (SAFFIOTI, 2015), a cobrança do desempenho no sexo é central na vida dos homens.

não é fácil ser homem, se há uma tarefa perigosa a ser realizada, por um grupo sexualmente misto, é sempre um homem o escolhido para fazê-la. Se tiver bom gosto seja para se vestir, seja para decorar sua casa, não é verdadeiramente homem, fica no limbo dos prováveis homossexuais. Se é sensível, é afeminado.(SAFFIOTI, 2015, p. 38)

Esses aspectos morais-sociais de cobrança dos homens devem ser ponderados sem deixar de lado a crueldade da situação de trabalho precarizado das mulheres e da violência patrimonial que sofrem mesmo ganhando seu dinheiro.

Disto decorre, de uma parte, homens prontos a transformar a agressividade em agressão; e mulheres, de outra parte, sensíveis, mas frágeis para enfrentar a vida competitiva. (SAFFIOTI, 2015, p.40)

O que está, infelizmente, posto é que poucas mulheres questionam sua inferioridade social e há toda a naturalização e manipulação que as fazem realmente não “bater de frente” com o sistema.

No fundo, os homens sabem que o organismo feminino é mais diferenciado que o masculino, mais forte, embora tendo menor força física, capaz de suportar até mesmo as violências por eles perpetradas. Não ignoram a capacidade das mulheres de suportar sofrimentos de ordem psicológica, de modo invejável (SAFFIOTI, 2015).

Essa questão remete à romantização - e em contrapartida à força - à dor sofrida pelas mulheres nas diferentes violências, inclusive na maternidade através da violência obstétrica, também na violência doméstica, entre outras.

Enquanto animais ditos irracionais comem, dormem, produzem ao som de uma bela música, mulheres são espancadas, humilhadas, estupradas e, muitas vezes, assassinadas por seus próprios companheiros e, com frequência, por ex-companheiros, ex-namorados, ex-amantes. Sobretudo quando a iniciativa do rompimento da relação é da mulher, esta perseguição, esta importunação, este molestamento podem chegar ao feminicídio. (SAFFIOTI, 2015, P. 64)

Mesmo a violência não sendo o debate central deste trabalho, há que se destacar esses elementos já que todas essas relações se estruturam e são apropriadas na mesma raiz.

É recorrente dizer que “de fato como os demais fenômenos sociais, também o patriarcado está em permanente transformação” (SAFFIOTI, 2015) e com isso precisamos nos atentar para as novas formas que vai assumindo.

Saffioti (2015), ainda aponta que a maioria das brasileiras são conservadoras e que há uma separação entre mulheres femininas e feministas como se fossem características exclusivas.

Assim, deve-se enraizar desse debate que, de forma concreta, o “patriarcado não abrange somente a família, mas atravessa a sociedade como um todo” (SAFFIOTI, 2015).

3.1.2 - Relações sociais de sexo

A discussão do uso do termo gênero ou relações sociais de sexo será aqui brevemente apresentada com o propósito de elucidar alguns questionamentos recorrentes, ao passo que indica o percurso teórico aqui pretendido. Entretanto não cabe tecer uma análise profunda, e sim, nutrir as raízes do pensamento proposto a

partir do debate que as autoras utilizadas apontam, e indicar claramente a perspectiva teórico-metodológica crítica aqui pretendida.

Algumas teóricas optam pelo uso do termo “gênero”, mas aqui faz-se a defesa do uso de “relações sociais de sexo”.

A categoria *relações sociais de sexo* advém da escola feminista materialista francófona, ancorada nos estudos da divisão sexual do trabalho e da “consustancialidade” e “coextensividade” das *relações sociais de sexo*, “raça” e classe. Na língua original, é chamado *rappports sociaux de sexe* e não *relations sociales de sexe*. Como se pode observar, no francês existem duas palavras para uma única tradução no português: relações. *Rapport* designa relações estruturais, enquanto *relations* diz respeito às relações mais pessoais e individuais. O conceito de *rappports sociaux de sexe* é fundamentado no de relações sociais de classe, posto que o entendimento de uma relação [*rapport*] social está vinculada aos conflitos e tensões entre os grupos sociais com interesses antagônicos. (CISNE, 2015, p. 19)

É importante dizer que, de acordo com Saffioti (2015), o primeiro estudioso a mencionar gênero foi Robert Stoller (1968), mas os estudos de gênero se frutificaram mesmo com o artigo de Gayle Rubin em 1975.

Ressalta-se que:

existem as adeptas ao conceito de gênero, as fanáticas pelo conceito de gênero e “as que trabalham considerando a história como processo, admitindo a utilização do conceito de gênero para toda a história, como categoria geral, e o conceito de patriarcado como categoria específica de determinado período, ou seja, para os seis ou sete milênios mais recentes da história da humanidade (Lerner, 1986; Johnson 1997; *apud* Saffioti, 2001)

De modo que, gênero e relações sociais de sexo eventualmente são tratados como sinônimos por alguns autores, mas são categorias distintas. Isso não implica, entretanto, que a utilização do termo “gênero”, esteja desvinculada de uma posição crítica da realidade (CISNE, 2015).

As condições em que vivem homens e mulheres não são produtos de um destino biológico, mas, sobretudo, construções sociais. Homens e mulheres não são uma coleção – ou duas coleções – de indivíduos biologicamente diferentes. Eles formam dois grupos sociais envolvidos numa relação social específicas: as relações sociais de sexo. Estas, como todas as relações sociais, possuem uma base material, no caso o trabalho, e se exprimem por meio da divisão social do trabalho entre os sexos, chamada, concisamente, divisão sexual do trabalho. (KERGOAT, 2009, p. 67)

Dentro dessa discussão é importante demarcar como as elaborações feministas acerca de gênero e relações sociais de sexo podem convergir, bem como

divergir. É mais comum, no entanto, que divirjam, mas é possível apresentar uma ideia, em geral comum, acerca do que chamam de gênero. Categoria que no nosso entendimento não explica a complexidade de relações a que as funções sociais, fixadas a homens e mulheres cumprem na sociabilidade capitalista, mas que é importante ser levada em conta para compreensão do debate, de seus limites e seus avanços no campo da discussão das mulheres.

Cada feminista enfatiza o determinado aspecto do gênero, havendo um campo, ainda que limitado, de consenso: o gênero é a construção social do masculino e feminino. (SAFFIOTI, 2015, p. 47)

A categoria gênero, portanto, apesar de muito utilizada em debates acerca da situação da mulher no capitalismo, pode ser problemática pela “ocultação que muitas vezes promove ao sujeito político mulher, especialmente quando não é utilizado de forma associada ao patriarcado e/ou à categoria mulher”, bem como por “um caráter mais ‘neutro’, menos ofensivo, ou seja, mais polido ao gosto das instituições multilaterais e governamentais, além de ser aparentemente mais ‘acadêmico’ ou ‘científico’” (CISNE, 2018).

Desse modo, Cisne (2018), defende a utilização de “relações sociais de sexo”, ao invés de gênero, porque, além dos problemas que envolvem o termo “gênero”, como destacado acima, esse conceito está diretamente vinculado à

divisão sexual do trabalho. E como explica (CISNE, 2018) “a utilização do conceito rapports sociaux de sexe, além de sublinhar a dimensão antagônica das classes, assegura o não esquecimento da centralidade do trabalho para os estudos feministas”. Portanto, deve-se ressaltar que no entendimento aqui proposto, a categoria gênero não dá conta de explicar as desigualdades.

A amarração desses conceitos pode seguir dois caminhos diferentes que é a consubstancialidade e a interseccionalidade. A partir do exposto demarca-se aqui uma **abordagem consubstancial** das relações que atravessam a vida das mulheres. Entendendo a consubstancialidade como relações sociais. Sendo que a “consubstancialidade permite pensar conjuntamente as diferentes formas da divisão do trabalho e as divisões dentro de uma mesma classe” (KERGOAT, 2016). Para elucidar essa questão é importante compreender que:

não há nem sobreposição nem competição entre interseccionalidade e consubstancialidade. Há ao mesmo tempo

distância e proximidade. Proximidade na atitude crítica - em relação à tendência de tomar uma experiência particular de “opressão das mulheres” como a experiência de todas -, diferença entre os contextos de produção da crítica, distância na forma de pensar essa atitude crítica e de traduzi-la em práticas sociológicas. (KERGOAT, 2016, p. 21)

Diante de todo o exposto, interessa reter o caminho de análise e como as relações sociais de sexo devem ser levadas em conta quando se quer discutir a mulher no mundo do trabalho.

3.2 – Divisão sexual do trabalho e apropriação capitalista da opressão

Esse tópico visa apresentar e dar destaque ao trabalho feminino e como esse trabalho se configura, quais são suas bases estruturais e, diante da relação com os elementos explicitados no tópico acima, como a vida das mulheres é violada frente às relações de trabalho. Para compreender a forma sob a qual as mulheres são exploradas, é necessário ser avaliada a divisão sexual do trabalho. Assim, a divisão sexual do trabalho é:

a base estruturante da exploração e da opressão de mulher. Ela é entendida como relação social e, como tal, é histórica, portanto, sujeita a transformações. A DST, contudo, mantém seus dois “princípios organizadores” que funcionam como “invariantes” nesta categoria: a “hierarquia”, por agregar sempre maior valor ao trabalho masculino em detrimento do feminino; e a “separação” entre o que é trabalho do homem e da mulher. (KERGOAT *apud* CISNE, 2009, 2010, 2010a, 2012, p. 99)

E também:

a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo; essa forma é historicamente adaptada a cada sociedade. Tem por características a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a ocupação pelos homens das funções de forte valor social agregado (políticas, religiosas, militares etc.). (KERGOAT. 2009. P. 67)

De outro ponto não se pode ignorar que a divisão sexual do trabalho não representa simplesmente diferenças entre trabalhos realizados por homens e mulheres, mas como “base das assimetrias e hierarquias contidas nessa divisão, e que se expressam nas desigualdades existentes, dentre outros aspectos, nas carreiras, nas qualificações e nos salários entre os sexos” (CISNE, 2018).

É primordial destacar ainda, que a divisão sexual do trabalho não se faz presente apenas no espaço no âmbito da produção material, por exemplo, nas fábricas, mas toma o mundo político e familiar.

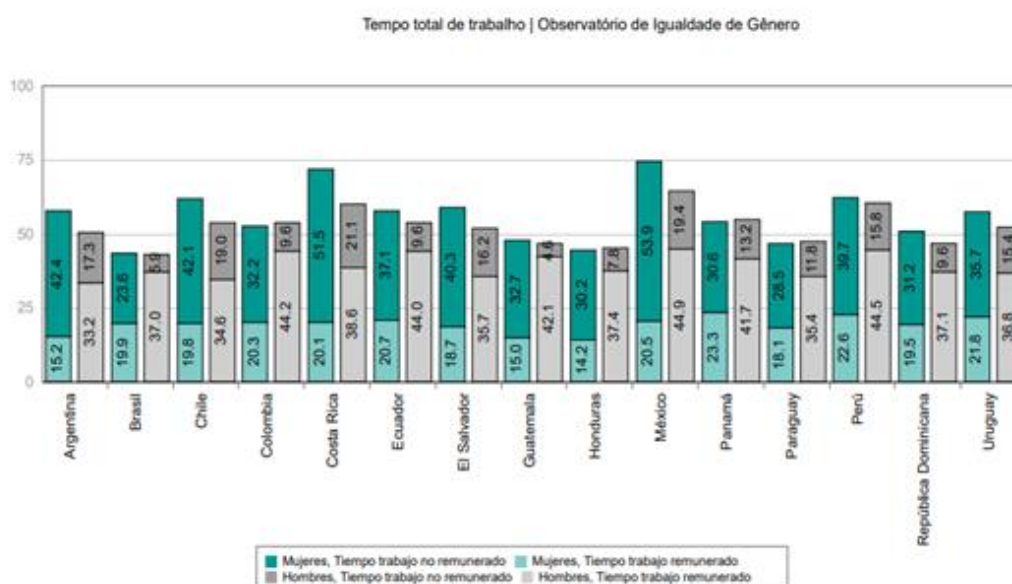
A importância em se perceber a relação da divisão sexual do trabalho no espaço da casa e da fábrica está em compreender que essa divisão é determinada por um único sistema que integra esses universos de forma a se apropriar das “qualidades” ditas femininas, para ampliação dos lucros na fábrica. (CISNE. 2018. P.101)

O trabalho significa e delimita as relações das mulheres em sociedade, e aqui não só o trabalho remunerado, mas o trabalho não remunerado, tido como obrigação feminina (CISNE, 2015).

As atividades domésticas permanecem sob a responsabilidade direta ou indireta da mulher, seja por meio da jornada intensiva e extensiva de trabalho (trabalho extradomiciliar e domiciliar), seja pelo cumprimento de sua obrigação em dar conta do trabalho domiciliar mediante ajuda de uma substituta no período de sua ausência, que pode ser uma filha ou uma avó da família, como é comum no Brasil (CISNE, 2015, p. 129-130)

Na **Figura 1** pode-se observar como o tempo de trabalho não remunerado das mulheres é muito superior ao dos homens nos países referidos, países estes, de capitalismo dependente.

Figura 1: Tempo total de trabalho. **América Latina (14 países):** Tempo médio destinado ao trabalho remunerado e não remunerado da população acima de 15 anos, por sexo, por país, último período disponível (Média de horas semanais).



Extraído de: CEPAL, 2019. *Observatório de Igual de Gênero da América Latina e do Caribe

Percebe-se como esse excesso de trabalho não remunerado a que as mulheres são submetidas tem suas bases no patriarcado, na reprodução do capitalismo e nesses casos, na formação específica de capitalismo dependente que esse modo de produzir precisa para se sustentar e em que o valor da força de trabalho é violado e a superexploração da força de trabalho das mulheres é acirrada, como veremos no tópico a seguir.

A dominação-exploração constitui um único fenômeno, apresentando duas faces. Desta sorte, a base econômica do patriarcado não consiste apenas na intensa discriminação salarial das trabalhadoras, em sua segregação ocupacional e em sua marginalização de importantes papéis econômicos e políticos -deliberativos, mas também no controle de sua sexualidade e, por conseguinte, da sua capacidade reprodutiva. (SAFFIOTI, 2015, P. 113)

Já que, como mencionado anteriormente, o entrelaço que o advento do capitalismo coloca entre a exploração do trabalho e as relações sociais de sexo que se expressa nas relações sociais das mulheres.

Ressalta-se aqui a importância da discussão da classe e da raça ao situar o debate da mulher, já que como bem enfatiza Saffioti (1987) “O poder é macho, branco, e de preferência, heterossexual”.

Quando trata-se da mulher trabalhadora há que se dizer que essa mulher em sua maioria é negra, não iremos aprofundar a questão da raça neste trabalho, mas não se pode deixar de destacar a apropriação do racismo pelo capitalismo e como ele cria um nó, de acordo com Saffioti *apud* Saffioti (1996), o patriarcado é enovelado com classes sociais e racismo.

O capitalismo se apropria da opressão contra a mulher e do patriarcado como forma de manter a ordem e garantir a expansão do modo de produção capitalista (CISNE. 2015), mas o patriarcado é anterior ao capitalismo. Assim, segundo Antunes (1999):

nesse domínio, a luta feminista emancipatória é pré-capitalista, encontra vigência sob o domínio do capital; será também pós-capitalista, pois o fim da sociedade de classes *não significa direta e imediatamente o fim da opressão de gênero* (...).(p.110)

De maneira didática Saffioti (2015) vai explicar alguns termos importantes para se entender essas relações no sistema capitalista e como são tratados de forma distorcida como: igualdade, diferença, desigualdade, identidade, diz que:

O par da diferença é a identidade. Já a igualdade, conceito de ordem política, faz par com a desigualdade. As identidades, como também as diferenças, são bem vindas. Numa sociedade multicultural, nem deveria ser de outra forma. Lamentavelmente, porém, em função de não se haver alcançado o desejável grau de democracia, há uma intolerância muito grande em relação às diferenças” (p. 39)

E como já posto, o “diferente” na sociabilidade capitalista é o que foge ao padrão macho, branco e hétero, por isso, de certa forma há uma legitimidade em se valer, como queira, do corpo e da subjetividade de mulheres, negros, LGBTQI+, indígenas.

A aproximação desse debate exige situar também os projetos macros em disputa já que muitas vezes esses conceitos são utilizados em tom reformista ou até mesmo conservador da ordem, o que a partir do entendimento de que a emancipação das mulheres só tem possibilidades de se consolidar com o fim do modo de produção capitalista, não nos interessa.

Compreender a dinâmica capitalista dos países dependentes é compreender as bases da superexploração da classe trabalhadora e não se pode fugir ao fato que a classe trabalhadora tem sexo, raça e etnia, por isso será discutida no próximo item deste capítulo o que defendemos ser o acirramento da superexploração da força de trabalho feminina nos países dependentes.

3.3 - O acirramento da superexploração da força de trabalho das mulheres nos países dependentes

Passando agora a outro debate que tem relação estreita com parte do processo de exploração - nos países de capitalismo periférico, superexploração da força de trabalho de forma fundante - Marx (2017), já sinalizava a introdução do trabalho feminino na produção capitalista, a partir da maquinaria como forma de apropriação das habilidades ditas essencialmente femininas, como ocorre na contemporaneidade.

À medida que torna prescindível a força muscular, a maquinaria converte-se no meio de utilizar trabalhadores com pouca força muscular ou desenvolvimento corporal imaturo, mas com membros de maior flexibilidade. Por isso, o trabalho feminino e infantil foi a primeira palavra de ordem de aplicação capitalista da maquinaria! E foi assim que esse poderoso meio de substituição do trabalho e de trabalhadores transformou-se prontamente num meio de aumentar número de assalariados, submetendo ao comando imediato do capital todos os membros da família dos trabalhadores, sem distinção de sexo nem idade. O trabalho forçado para o capitalista usurpou não somente o lugar da recreação infantil, mas também o do trabalho livre no âmbito doméstico, dentro de limites decentes e voltado às necessidades da própria família.(p. 468)

Aqui Marx fala da utilização de características físicas de mulheres e crianças que a partir do advento da maquinaria passam a ser funcionais ao capital para trabalhos específicos, como se vê nos dias atuais ainda predomina essa inserção da mulher no mercado de trabalho, com influência do patriarcado, em atividades laborais acerca do cuidado, da reprodução da força de trabalho, do domínio de suas características físicas enquadrando mulheres em padrões normativos. Um exemplo são as empresas que exigem que as mulheres estejam sempre maquiadas, usem salto e roupas específicas para que a imagem das mulheres impulse a venda de produtos. Já as mulheres que não se encaixam no padrão branco, hetero, magro burguês tem que ocupar postos que também exigem sua funcionalidade e “essência” femininas mas que são brutais em relação à exploração, como as empresas de limpeza terceirizadas.

Antunes (2000) - a partir do aumento significativo do trabalho feminino e as condições, principalmente, de precarização, desregulamentação e desvalorização desse trabalho - relaciona as modificações do mundo do trabalho a partir do capitalismo mundializado com este trabalho feminino, e demarca como o trabalho das mulheres é utilizado como emancipação parcial e incorporado para essas como mais uma responsabilização, aproveitamento da sua força de trabalho para obtenção de lucros ainda mais extensivos.

As relações entre gênero e classe nos permitem constatar que, no universo do mundo produtivo e reprodutivo, vivenciamos também a efetivação de uma construção social sexuada, onde os homens e as mulheres que trabalham são, desde a família e a escola, diferentemente qualificados e capacitados para o ingresso no mercado de trabalho. E o capitalismo tem sabido apropriar-se desigualmente dessa divisão sexual do trabalho. (ANTUNES, 2000. p.109)

Uma problematização encontrada, no âmbito da relação da questão da mulher no capitalismo e sua relação com a superexploração da força de trabalho, é com relação ao que Cisne (2015) discorre:

É necessário perceber que a feminização do trabalho, explícita numa análise crítica da divisão sexual do trabalho, implica em determinações relevantes para a produção e para a reprodução do capital, que, para tanto, desenvolve uma *superexploração* sobre o trabalho e sobre as atividades desenvolvidas por mulheres, tanto na esfera pública quanto privada. (p. 120 grifo nosso)

Atentemo-nos para o que a autora explicita com relação à superexploração da força de trabalho a partir da feminização. De certo essa feminização do trabalho vai explicitar a análise crítica da divisão sexual do trabalho, implicar, como aqui se tenta articular, a funcionalidade para o capital. Mas entende-se que no capitalismo dependente, pode-se ter um **acirramento** da superexploração das mulheres não sendo essa uma condição estrutural e central exclusiva das mulheres.

Então nos façamos entender. Nos países de capitalismo dependente toda classe trabalhadora - que tem sexo e raça - tem o valor da sua força de trabalho violada, ou seja, tal constatação não é fundante da questão de gênero, mas da estrutura produtiva e do antagonismo de classes nesses países. O que ocorre é que a mulher que já tem sua reprodução atravessada pelo patriarcado e pelos papéis de gênero se encontra em uma posição de superexploração acirrada - pela opressão - dentro da lógica de produção dos países de capitalismo dependente.

Da mesma forma que ocorre um acirramento da superexploração da força de trabalho feminina, ocorre com os negros e o processo é ainda mais perverso com as mulheres negras, aqui não se aprofunda essa discussão, mas se acredita ser importante enfatizar como as formações sociais dependentes com um marco muito forte da escravidão e da resistência dos negros também tem em sua base um acirramento dessa superexploração.

Sendo assim, é inegável que a superexploração da força de trabalho afeta diferente as mulheres trabalhadoras, em face às diferenças nas condições de vida e trabalho das mulheres nos países periféricos e centrais, mas não é uma categoria exclusiva das mulheres, uma vez que no capitalismo dependente a superexploração

da força de trabalho de trabalhadoras e de trabalhadores é condição estrutural para funcionamento do capital, mas, reiterando, se desdobra de forma mais perversa sob os ombros das mulheres que possuem múltiplas jornadas de trabalho, são atravessadas por violências, postos de trabalho precarizados, responsabilidade central da reprodução da família através dos cuidados, imposições do machismo e patriarcado, entre outros rebatimentos.

Um exemplo simples é pensar que nos países centrais, a maioria das mulheres têm acesso a equipamentos que vão facilitar a execução das tarefas domésticas, nos países dependentes, a partir da violação do valor da força de trabalho com salários pagos abaixo da “cesta” básica de sobrevivência as mulheres não têm esse acesso o que dificulta ainda mais suas jornadas de trabalho.

Levando em conta o debate travado aqui no capítulo anterior sobre a mundialização, poderíamos ainda mencionar, que a superexploração através da capacidade do capital se expandir e ao passar por uma baixa estabelecer novas formas de obtenção de lucro, afeta também os países centrais e com isso vai acirrar com mais requinte de crueldade as mulheres trabalhadoras. Mas, sobretudo, o que se quer dar enfoque aqui é a característica estrutural e histórica do acirramento da superexploração da força de trabalho na vida das mulheres latino-americanas e de qualquer que seja o país dependente.

É imprescindível entender a formação e particularidades desses países para que não os compare de forma simplista e para que se organize a resistência de acordo com o que se demanda. Sempre compreendendo que em diferentes sociedades há “diferentes graus de domínio exercido por homens sobre mulheres. A natureza do fenômeno, entretanto, é a mesma. Apresenta a legitimidade que lhe atribui sua naturalização.” (SAFFIOTI, 2015, p. 107).

Entende-se que essa discussão deve ser ampliada e que aqui não se chega a aprofundar diversas questões necessárias pelo tipo de trabalho e condições de realização. Mas segue o objetivo de abrir a discussão e estabelecer a aproximação entre a teoria marxista da dependência e as condições de vida das mulheres.

Dessa forma, passa-se às indagações e balanço crítico de como o debate se introduz no Serviço Social.

4 - APROPRIAÇÃO DO DEBATE DA MULHER NO MUNDO DO TRABALHO PELO SERVIÇO SOCIAL: ELEMENTOS INTRODUTÓRIOS A PARTIR DOS ENPESS 2016 E 2018

Nesse capítulo será feita um balanço crítico, acerca da temática da mulher no mundo do trabalho abordadas em artigos apresentados nas últimas duas edições do Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS). Há que se destacar que o objetivo não é fazer uma análise detida dos diversos trabalhos que debatem esse tema, mas apresentar de forma geral como o Serviço Social vem se apropriando desse debate. Para tanto, é importante ressaltar que esse trabalho se posiciona a partir da teoria marxista da dependência, e a análise crítica das temáticas – levantadas a partir dos artigos apresentados no ENPESS -, busca compreender essa relação a partir dos conceitos já desenvolvidos em capítulos anteriores dessa monografia.

As produções do Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social foram escolhidas a partir do entendimento que é um evento que reflete, de forma geral, a produção nacional dos e das assistentes sociais. Esse encontro acontece de dois em dois anos.

É importante destacar que este é um grande evento de pesquisadores de Serviço Social e que contribui para a formação continuada, para a produção científica e técnica da área, para a socialização das pesquisas, das experiências profissionais, para o fortalecimento da categoria e, entre outros, para o adensamento da produção do conhecimento na área do Serviço Social e posicionamentos políticos. (ABEPSS, 2018, sp)

O Serviço Social deve situar o debate da mulher na estrutura de classes e por isso a discussão mais coerente é através do trabalho. Compreender as especificidades do capitalismo na América Latina também deve ser pauta da categoria, entendendo que o trabalho profissional reflexivo e crítico se dá através de uma análise do real comprometida com a situação da classe da classe trabalhadora.

A partir dos CD's com os trabalhos dos encontros foram utilizadas as seguintes palavras para encontrar as produções que seriam o foco da análise: trabalho e mulher, trabalho e gênero, trabalho e relações sociais de sexo, trabalho doméstico, trabalho do cuidado e divisão sexual do trabalho.

Em um primeiro momento foram analisados os títulos dos trabalhos, depois os resumos, palavras-chaves e introduções, nesta ordem, elencando os elementos principais em destaque nas produções. O intuito é perceber e realizar um balanço crítico nesse âmbito.

Foi produzida uma tabela que contou com os títulos, palavras-chaves, local e instituição (quando encontrado), objetivos-temas centrais das produções e os principais elementos de análise usados nos artigos.

Pelo alto volume de informações da tabela elaborada em um primeiro momento, optou-se por aglutinar no **Quadro 1**, para melhor visualização e discussão, o número de recorrência de cada elemento central identificado na pesquisa. Alguns trabalhos tinham dois ou mais elementos essenciais de análise e por isso foram contabilizados em mais de um eixo. Foi essa a escolha do caminho de pesquisa para o objetivo pretendido.

Um fator que salta aos olhos é a escassez no debate: 42 artigos no total relacionam de alguma forma mulher e trabalho nos dois anos escolhidos, sendo encontrados em 2016 somente 17 artigos de 1031 e em 2018 apenas 25 artigos de 1156 produções.

Quadro 1 - Elementos/eixos centrais de análise das produções

Elemento/eixo central de análise	Número de produções em que aparece
Relações de gênero-Opressão de gênero- Desigualdade de gênero- Gênero- Exploração de gênero- Sistema de gênero- Relações sociais de gênero- Relações patriarcais de gênero	24
Trabalho feminino- Feminização do trabalho - Relações trabalhistas- Mercado de trabalho- Processos de trabalho- Invisibilidade do trabalho feminino- Relações de trabalho- Condições de trabalho	21
Patriarcado-Cultura patriarcal-Ideologia patriarcal- Sistema patriarcal	18

Divisão sexual do trabalho	19
Trabalho doméstico- Trabalho do cuidado- Trabalho não remunerado- Reprodução social	16
Reestruturação produtiva- Mudanças no mundo do trabalho- Ofensiva neoliberal	12
Raça	12
Políticas públicas	12
Serviço Social	8
Exploração- Dominação-Opressão	8
Violência	8
Assédio no trabalho	5
Materialismo histórico-dialético	5
Saúde	5
Geração	4
Consubstancialidade	3
Lutas sociais das mulheres- Emancipação	2
Trabalho feminino em portos	2
Relações sociais de sexo	1
Interseccionalidade	1
Vulnerabilidade	1
Patrimonialismo	1
Encarceramento	1
Trabalho feminino na agricultura	1
Trabalho feminino na pesca	1
Trabalho feminino na indústria da moda	1

*Elaboração própria

O perfil da produção, pretendido nesse balanço crítico, focou o olhar para o elemento central de análise nos artigos entendendo que esse elemento ao guiar o debate traz reflexões importantes da apreensão dos conteúdos, categorias e conceitos presentes nos trabalhos.

Pode-se perceber a heterogeneidade dos temas centrais e também a quantidade de diferenciações que se encontra dentro de algumas das discussões, o que se achou válido tratar. Dessa forma, aglutinamos por temáticas, mas demarcamos as diferenças dentro da mesma discussão entendendo que não da pra tratar todas as delimitações como iguais e que um mesmo elemento de análise ele pode ser apresentado de formas diferentes.

Muitos dos artigos são frutos de teses, dissertações e pesquisas. O que também faz refletir, diante da escassez do debate, como vem sendo o financiamento e estímulos a pesquisas e projetos que discutam o tema diante da conjuntura de cortes e falta de estímulo à produção do conhecimento de nossos tempos.

Acerca do necessário balanço crítico das produções, a incorrência em afastamento de um debate centrado na classe não se concretizou, entende-se que a opção por discutir trabalho pressupôs discutir as relações engendradas na estrutura do modo de produção capitalista, mas também tiveram trabalhos que não elencaram esse debate. Importa ressaltar que as produções discutem mulher e trabalho a partir de elementos diferentes, mas como visto na tabela alguns conceitos se fazem mais recorrentes.

Algumas pontuações se fazem necessárias. Primeiro o debate em sua maioria explicita a dinâmica de reprodução do capital e a centralidade da mulher trabalhadora nesse lugar. Pode-se dizer que, em geral, o aporte teórico das produções se encontra alinhado com a perspectiva marxista.

De outro ponto percebe-se que, os conceitos nesse trabalho defendidos, relações sociais de sexo e consubstancialidade - respectivamente com somente um e o outro com três artigos que trazem esses eixos de análise - não estão sendo muito debatidos, o que traz lacunas à uma reflexão crítica já que “são elementos

indispensáveis para entendermos a exploração do mundo do trabalho” (CISNE, 2018).

Já gênero e patriarcado aparecem exponencialmente de formas diversas, sendo o que mais se identifica nos trabalhos as diferentes categorizações de gênero postas. Esse elemento pode vir a deslocar a questão essencial da centralidade de classe do debate, como já ponderado na discussão nos itens anteriores, mas só pode ser afirmado com uma leitura afiada dos artigos.

Um fato que surpreende é a maior discussão das políticas públicas com relação às mulheres no mundo do trabalho do que com o Serviço Social em si. O que demarca um fato a ser refletido já que o Serviço Social, ainda que no campo das políticas públicas não deva se restringir a elas. Outro fator é que a relação Serviço Social e mulher, especificamente no mundo do trabalho, não pode ser rebaixada ou pouco focada no âmbito da formação e também do exercício profissional, uma vez que, os usuários são em sua maioria mulheres e é uma profissão formada majoritariamente por mulheres (CISNE, 2015).

Um saldo positivo se perceber quando metade dos trabalhos traz a discussão da divisão sexual do trabalho que é central pra entender a mulher no mundo do trabalho.

Somente dois artigos abordam a superexploração e fazem uma apropriação equivocada, com enfoque à questão da mulher, percebe-se, por exemplo, quando se articula que, o capital “superexplora mão de obra em busca de grandes lucros” e “superexploração das mulheres”, como se problematizou acima, a superexploração não é fundante da questão da opressão e sim da violação do valor da força de trabalho através da exploração de toda classe trabalhadora, mas se acirra de forma desigual e violenta às mulheres.

Compreende-se que a análise não foi esgotada aqui e há que se continuar esse debate em aberto, já que a configuração do próprio tipo de trabalho dificulta uma análise mais profunda.

Reitera-se a defesa de realizar esse debate a partir da exploração e superexploração, ancoradas na teoria marxista da dependência, entendendo que o

trabalho e essas relações de subordinação e dominação vão ditar toda a história de vida das mulheres.

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em parâmetros gerais, conseguiu-se estabelecer as relações necessárias pretendidas e se apropriar dos aportes teóricos necessários para a realização da articulação entre a teoria marxista da dependência e as relações de trabalho das mulheres.

Destaca-se a necessidade de futuras pesquisas acerca da situação da mulher trabalhadora na América Latina à luz da teoria marxista da dependência. E a expansão da compreensão do Serviço Social acerca da mulher no mundo do trabalho, diante dos poucos trabalhos encontrados. Sendo muito contributivo, para a profissão, que esse debate reitere o acirramento da superexploração da força de trabalho das mulheres situando essa categoria no debate de classe e não estritamente de “gênero”.

As mulheres precisam compreender que existem relações sociais de sexo, que nada mais são do que relações que fundam e mantêm a desigualdade entre homens e mulheres em todas as dimensões da vida. As relações sociais de sexo criam uma divisão sexual do trabalho e do poder em que se constituem atividades legitimadas como femininas e outras como masculinas, sendo essas “femininas” as mais precarizadas e desvalorizadas. Já pensou por que a enfermagem, o serviço social e a pedagogia são profissões majoritariamente femininas? E também de pouca valorização? A divisão sexual do trabalho designa como femininas profissões que sejam reconhecidas socialmente por sua vinculação ao cuidado e a educação que, por consequência, o patriarcado atribui como natural do ser mulher. A nós mulheres recaem a responsabilidade pelo cuidado e educação dos filhos que limita nosso tempo e nossas possibilidades de estudo, trabalho, lazer e organização política. Se legitima uma consciência social de subordinação da mulher ao homem como sua propriedade, tolhendo nossa independência e autonomia. E ainda, essas relações sociais obstaculizam nossa liberdade sexual, nos impondo a heterossexualidade como única orientação sexual aceita e moral e rejeitando outras identidades de sexo. A condição de ser mulher nessa sociedade nos torna potencialmente revolucionárias.(CFCAM, 2019, sp)

Tal citação fecha o debate aqui pretendido, ao demarcar que todo o exposto, nos “torna potencialmente revolucionárias”. É esse fator que estimulou a pesquisa aqui feita - da articulação entre a teoria marxista da dependência e o trabalho feminino subjugado, bem como da análise das produções -. E é esse fator de resistência que pode acabar com a opressão/exploração das mulheres diante da emancipação também de toda classe trabalhadora. Esse é o horizonte de luta, mas o processo exige o estudo, a aproximação com as categorias marxistas e o

entendimento concreto das relações do modo de produção e reprodução capitalista, só assim surgem as devidas estratégias de superação.

6 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Alice. Et al. **Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais**. São Paulo: Boitempo, 2016.

AMARAL, Marisa. **Para uma crítica à utilização da categoria “superexploração da força de trabalho” como manifestação da globalização nos países centrais**. Marx e o marxismo 2013: Marx hoje, 130 anos depois. Rio de Janeiro, 2013.

BARROCO, Maria Lucia. **Ética e serviço social: fundamentos ontológicos**. São Paulo: Cortez, 2010.

CARCANHOLO, Marcelo. **O atual resgate crítico da teoria marxista da dependência**. Trab. Educ. Saúde, Rio de Janeiro, v. 11 n. 1, p. 191-205, jan./abr. 2013.

CISNE, Mirla. **Feminismo e consciência de classe no Brasil**. 2 ed. São Paulo. Cortez. 2018.

_____. **Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social**. 2 ed. São Paulo. Outras Expressões. 2015. 152 p.

Coletivo Feminista Classista Ana Montenegro – Natal/RN. 6 de junho de 2019.
<<http://anamontenegro.org/cfcam/2019/06/06/por-que-o-feminismo-classista/>>
Acesso em: outubro de 2019.

DELPHY, Christine. **Patriarcado (teorias do)**. In: Dicionário crítico do feminismo. HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; DOARÉ, Hélène; SENOTIER, Danièle (orgs.). São Paulo. Fundação Editora da UNESP. 2009.

DURIGUETTO, Maria Lucia; MONTAÑO, Carlos. **Estado, classe e movimento social**. São Paulo: Cortez, 2011.

GUIMARÃES, Ana; RIBEIRO, Iasmim. **O histórico do movimento feminista e suas especificidades na emergência dos novos movimentos sociais**. ANAIS – VI Seminário Internacional da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora. 2019.

KERGOAT, Danièle. **Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo**. In: Dicionário crítico do feminismo. HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; DOARÉ, Hélène; SENOTIER, Danièle (orgs.). São Paulo. Fundação Editora da UNESP. 2009.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da Dependência**. In: Ruy Mauro Marini: vida e obra. TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (orgs.). 1. ed. São Paulo. Expressão Popular. 2005.

_____. **Proceso y tendencias de la globalización capitalista** (1997). América Latina, dependencia y globalización En: Buenos Aires y Bogotá. CLACSO, Consejo latinoamericano de Ciencias Sociales Siglo del Hombre.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital.** 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2012.

MIRANDA, Ana Paula. **Teoria marxista da dependência na contemporaneidade: contribuições de Jaime Osorio e Adrián Sotelo.** 2017

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica.** São Paulo: Cortez, 2006.

PAIVA, Beatriz; ROCHA, Mirella; CARRARO, Dilceane. **Política social na América Latina: ensaio de interpretação a partir da Teoria Marxista da Dependência.** In: SER Social, Brasília, v. 12, n. 26, p. 147-175, jan./jun. 2010.

RICARDO, Antunes. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho.** 1 ed. São Paulo. Boitempo. 1999.

SAFFIOTI, Heleieth . **Gênero, patriarcado, violência.** São Paulo: Expressão Popular, 2015.

_____. **O poder do macho.** São Paulo: Moderna, 1987.

SOUZA FILHO, Rodrigo. **Política Social no Brasil: notas e críticas a partir da Teoria Marxista da Dependência.** In: Revista Conexões Geraes/Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais. v. 3, n.5 (2014). – Belo Horizonte: CRESS 6º Região, 2014.

OSORIO, Jaime. **Explotación redoblada y actualidad de la revolución.** Itaca. México. 2009.

_____. **Sobre dialéctica, superexplotación y dependencia. Notas acerca de Dialéctica de la dependencia.** Argumentos, vol. 26, núm. 72, mayo-julio, 2013, pp. 57-73 Universidad Autónoma Metropolitana Unidad Xochimilco Distrito Federal, México.

VALENCIA, Adrian. **Hipótese a respeito da extensão da superexploração do trabalho no capitalismo avançado desde a perspectiva da teoria marxista da dependência.** Cadernos cemarx, nº 9, 2016.

_____. **Teoria da dependência e desenvolvimento do capitalismo na América Latina.** Londrina: Práxis, 2008.